



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF

Ata da ordem do dia 15 de outubro de 2020

(Realizada por Videoconferência)

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF

Local: Ambiente Virtual CNAS.

Data: 15/10/2020

1 Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte realizou-se a Reunião Trimestral do CNAS
2 com os CEAS e CAS/DF, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel Ângelo Gomes Oliveira,
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Representante do Ministério da
4 Cidadania. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Nacionais de Assistência Social:
5 Conselheira Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência
6 Social – CNAS e Representante do Instituto EcoVida; Conselheiro Marco Antonio da Silva
7 Cruzeiro, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; Conselheira
8 Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado
9 da Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro André Rodrigues Veras, Representante do
10 Ministério da Cidadania; Conselheira Tânia Mara Garib, Representante do Ministério da Cidadania;
11 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Irene Rodrigues da
12 Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal -
13 CONFETAM-CUT; Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério da Cidadania. Os
14 Representantes dos CEAS e CAS/DF: Regiane de Lima Ferreira, Presidente do Conselho Estadual
15 de Assistência Social do Acre – CEAS/AC; Adeni Neves da Silva, Secretária-Executiva do
16 Conselho Estadual de Assistência Social do Acre – CEAS/AC; Rafaela Nascimento, Presidente do
17 Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas – CEAS/AL; Francisco de Assis Baima
18 Rabelo, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Amazonas – CEAS/AM; Marcus
19 Rocka, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Amapá – CEAS/AP; Vanessa Pita
20 Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia – CEAS/BA; Tereza
21 Serra, Secretária-Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará – CEAS/CE;
22 Luciana Gomes Marinho, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará –
23 CEAS/CE; Maria Júlia Pereira, Presidente do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal –
24 CAS/DF; Elizeth Euzébio dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do
25 Espírito Santo – CEAS/ES; Nilda Lúcia Guarita Calque, Presidente do Conselho Estadual de
26 Assistência de Goiás – CEAS/GO; Jairo Maciel A. Dias, Presidente do Conselho Estadual de

27 Assistência Social do Maranhão – CEAS/MA; Patrícia Carvalho Gomes, Vice-Presidente do
28 Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG; Terezinha de Jesus Garcia
29 Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Mato Grosso do Sul –
30 CEAS/MS; Rondenelly César Marques de Arruda, Presidente do Conselho Estadual de Assistência
31 Social de Mato Grosso – CEAS/MT; Gilmara Andréa Gomes Oliveira, Presidente do Conselho
32 Estadual de Assistência Social da Paraíba – CEAS/PB; Joelson Rodrigues Reis e Silva, Presidente
33 do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco – CEAS/PE; Alana Moraes Vanzela,
34 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR; Carolina, Presidente
35 do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro – CEAS/RJ; Marcelo da Silva, Vice-
36 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul – CEAS/RS; Angela
37 Maria Gomes Pinheiro, Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de
38 Rondônia – CEAS/RO; Antônio Raimundo Lopes Leal, Conselheiro do Conselho Estadual de
39 Assistência Social de Roraima – CEAS/RR; Raquel Valente Frosi, Presidente do Conselho Estadual
40 de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC; Salete Dobrev, Presidente do Conselho
41 Estadual de Assistência Social de São Paulo – CEAS/SP; Kátia Cristina Ferreira dos Santos,
42 Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Sergipe – CEAS/SE; Amilson Rodrigues
43 Silva, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Tocantins – CEAS/TO.
44 Convidados: Andreia Carla Santana Everton Lauande, Presidente do Colegiado Nacional de
45 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Iris Maria de Oliveira, Representante
46 do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS.
47 **ABERTURA:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira iniciou a reunião cumprimentando a
48 todos e solicitou que fosse realizada a apresentação dos participantes. Realizada a apresentação,
49 informou que a pauta está composta pelos seguintes itens: 09h30 – Abertura; das 09h00 às 12h30 -
50 Informes: CNAS (Comissão de Política, Comissão de Financiamento, Comissão de Normas,
51 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
52 Transferência de Renda); SNAS; FONSEAS; CONGEMAS; das 14h00 às 16h00 – O
53 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social no contexto da pandemia do novo Coronavírus
54 (Covid-19) CEAS e CAS/DF; das 16h00 às 17h00 – Financiamento do SUAS: Recomposição do
55 Orçamento e PLOA 2021; das 17h00 às 18h00 – O monitoramento do IGD Bolsa Família, a ser
56 executado pelos CEAS e CMAS; 18h00 – Encerramento. Passando a palavra a Secretária Nacional
57 de Assistência Social, solicitou que já fossem realizados os informes da Secretaria Nacional de

58 Assistência Social – SNAS. A Sra. Mariana de Souza Machado Neris, Secretária Nacional de
59 Assistência Social, cumprimentou a todos e compreendeu que existe um grande compromisso dos
60 participantes dessa reunião na defesa da Política de Assistência Social. Informou que o governo
61 federal está trabalhando para sustentar as ações da assistência social e apresentou ao CNAS as
62 informações acerca do atendimento no contexto de pandemia, destacando o incremento de
63 R\$2.550.000.000,00 transferidos aos municípios por meio das Portarias MC nº 369/2020 e nº
64 378/2020. Postulou que os conselhos tiveram um papel fundamental na sensibilização de prefeitos e
65 de governadores para que priorizassem o gasto na Política de Assistência Social. Acrescentou que
66 buscaram garantir os repasses dos recursos ordinários de cada mês mesmo sabendo do desafio em
67 relação à situação deficitária, destacando que continuam trabalhando para que haja recomposição do
68 orçamento. Relatou que estão fazendo incidência junto ao relator do orçamento a fim de que tenha
69 uma redução do déficit orçamentário em 2021 para manutenção das ofertas do SUAS e que foram
70 trabalhadas medidas excepcionais ao longo de 2020 para preservação das entidades
71 socioassistenciais. Elencou as demais medidas executadas e parabenizou e agradeceu aos gestores,
72 aos trabalhadores e aos conselhos de assistência social pela realização das suas funções apesar da
73 adversidade. Seguindo para os informes da SNAS, comunicou que todos os documentos e as
74 decisões tomadas no âmbito federal estão sendo divulgadas no *Blog* da Rede SUAS e que o
75 Caderno de Orientações Técnicas do Programa ACESSUAS Trabalho foi colocado em consulta
76 pública e ficará disponível até o dia 30 de outubro de 2020. Complementou que estão trabalhando o
77 calendário do Censo SUAS 2020 que possui um campo especial relacionado à Covid-19 nessa
78 edição, ponderando que o preenchimento iniciou no dia 14 de setembro de 2020 e estará disponível
79 até o dia 4 de dezembro de 2020. Informou sobre a Portaria Conjunta nº 07 MC/INSS, de 14 de
80 setembro de 2020, que regulamenta regras e procedimentos de requerimento, concessão,
81 manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, destacando que os aspectos de
82 avaliação e a análise social e médica estão preservados. Relatou que será elaborada uma nova
83 portaria prorrogando o prazo para inclusão no Cadastro Único dos beneficiários do BPC até
84 dezembro/2020 e que a Câmara Técnica de Articulação e Monitoramento do Orçamento da
85 Comissão Intergestores Tripartite – CIT já se reuniu e deverá se reunir novamente para encaminhar
86 a articulação junto ao Congresso Nacional. Explicou que a Portaria GM/MC nº 503, de 15 de
87 outubro de 2020, é um procedimento padrão dos ministérios para compatibilizar e simplificar os
88 seus normativos. O Sr. Dante Cassiano Viana, Secretário-Adjunto Especial de Desenvolvimento

89 Social, cumprimentou os presentes e realizou uma breve explanação do seu histórico profissional.
90 Discorreu que a assistência social se mostrou essencial nos últimos meses e destacou o recebimento
91 de R\$2.500.000.000,00 de recursos extraordinários para o enfrentamento à situação de pandemia.
92 Ponderou que a Portaria GM/MC nº 503, de 15 de outubro de 2020, é uma publicação prevista pelo
93 Decreto nº 10.139/2019 para fins de simplificação dos atos administrativos. Com relação ao
94 orçamento, afirmou que continuam tentando recompor o orçamento de 2020 apesar da situação
95 fiscal efetiva e explicou sobre a Portaria nº 2.362/2019 que estabelece procedimentos a serem
96 adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da
97 execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para
98 promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei
99 de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Prosseguindo para os informes, a
100 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Coordenadora da Comissão de Política da
101 Assistência Social, relatou que a Comissão de Política – Gestão 2020/2022 vem construindo o seu
102 Plano de Ação com vistas a priorizar algumas agendas importantes para o fortalecimento da Política
103 de Assistência Social, apresentando as suas metas e as ações executadas e ainda serem executadas.
104 O Sr. Francisco de Assis Baima Rabelo, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do
105 Amazonas – CEAS/AM, registrou que o CEAS/AM encaminhou um documento para o CNAS que
106 foi direcionado à Comissão de Política e não foi citado durante o informe. A Conselheira Célia
107 Maria de Souza Melo Lima explicou que o informe abordou as ações realizadas e previstas de
108 acordo com o Plano de Ação e informou que o ofício do CEAS/AM será apreciado na próxima
109 reunião da Comissão. O Conselheiro Carlos Nambu, Coordenador da Comissão de Financiamento e
110 Orçamento da Assistência Social, relatou que a Comissão de Financiamento e Orçamento – Gestão
111 2020/2022 realizou vários debates e contribuições para o pleno do CNAS de acordo com a sua
112 atribuição prevista no regimento interno. Destacou os debates e os encaminhamentos realizados
113 sobre: recomposição do orçamento de 2020, PLOA 2021, Manual de Emendas Parlamentares, Lei
114 nº 14.029/2020, monitoramento da execução das metas do ACESSUAS Trabalho, monitoramento
115 do PPA e apreciação do relatório referente à Ação 8249. O Conselheiro André Rodrigues Veras,
116 Coordenador da Comissão de Normas da Assistência Social, apresentou as metas estabelecidas no
117 Plano de Ação da Comissão de Normas – Gestão 2020/2022, salientando os trabalhos realizados de
118 acordo com Decreto nº 10.139/2019 e a revisão da Resolução CNAS nº 237/2006. O Conselheiro
119 Marco Antonio da Silva Cruzeiro, Coordenador da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos

120 de Assistência Social, expôs as metas estabelecidas no Plano de Ação da Comissão de
121 Acompanhamento aos Conselhos – Gestão 2020/2022 e os pontos extras, reforçando a importância
122 do preenchimento do Censo SUAS 2020 como processo de monitoramento fundamental para a
123 qualidade dos serviços socioassistenciais e para a gestão e o controle da Política de Assistência
124 Social. Salientou a importância de discutir as datas de realização das reuniões regionais definidas
125 para os dias 17, 18, 24 e 25 de novembro de 2020. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva,
126 Coordenadora da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, postulou
127 que a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda – Gestão 2020/2022
128 também está trabalhando seu o Plano de Ação, elencando as suas metas e as ações executadas.
129 Explanou que outras ações serão priorizadas com a continuidade da discussão do Plano de Ação
130 tendo em vista que a Comissão se reuniu apenas uma vez. Passando aos informes do FONACEAS,
131 a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima relatou que o FONACEAS realizou a sua reunião
132 no dia 8 de outubro de 2020, na qual foi discutida a Agenda Nacional em Defesa do SUAS,
133 expondo as ações definidas. Colocou o FONACEAS a disposição para trabalhar junto ao CNAS
134 pelo fortalecimento do controle social e pela melhoria da qualidade de vida da população que se
135 encontra em vulnerabilidade. O Sr. Francisco de Assis Baima Rabelo informou que o CEAS/AM
136 recebeu através do Informa Cidadania o Documento Proteção e Promoção Social de Pessoas com
137 Deficiência no Brasil: uma abordagem a partir de indicadores sociais e relato de casos, que traz as
138 novas estatísticas do IBGE que reviu o percentual de pessoas com deficiência no país para 6,7% da
139 população, observando que esse percentual é muito aquém daquele divulgado anteriormente de
140 25%. Explanou que o documento enviado ao CNAS e encaminhado à Comissão de Política trata da
141 necessidade de revisão da Resolução CNAS nº 109/2009 e manifestou a necessidade de elaboração
142 de um documento orientando os conselhos municipais de assistência social sobre a apresentação dos
143 relatórios de atividades e do plano de ação das instituições. Seguindo para o relato do CEAS e
144 CAS/DF sobre o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social no contexto da pandemia do
145 novo Coronavírus (Covid-19), a Sra. Raquel Valente Frosi, Presidente do Conselho Estadual de
146 Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, relatou que o CEAS/SC teve uma interrupção
147 muito pequena das atividades e manteve todas com as adaptações necessárias. Compreendeu que o
148 desafio para 2021 será realizar a eleição por meio virtual e informou que estão conseguindo
149 transmitir as reuniões pelo *Youtube* com tradução em libras. A Sra. Rafaela Nascimento, Presidente
150 do Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas – CEAS/AL, discorreu que o CEAS/AL

151 está funcionando de forma remota desde o dia 23 de março de 2020 e tem feito um grande esforço
152 para manter o calendário de reuniões ordinárias, ressaltando a grande dificuldade e as inconstância
153 de conexão sofrida pelos conselheiros. Ilustrou que estão acompanhando as demandas dos
154 conselhos municipais e compreendeu que equipar os conselhos com os mecanismos necessários
155 para realização das reuniões virtuais e a disponibilizações de EPIs são proposta para
156 reestabelecimento da normalidade. A Sra. Kátia Cristina Ferreira dos Santos, Presidente do
157 Conselho Estadual de Assistência Social de Sergipe – CEAS/SE, arrazoou que o CEAS/SE está
158 fazendo os círculos de diálogos com os conselhos municipais e afirmou que continuarão com essa
159 aproximação virtual com os conselhos municipais. Manifestou que será realizado o monitoramento
160 e a avaliação dos questionários enviados aos conselhos, visitas aos municípios com o menor
161 IDConselho e o acompanhamento do processo de estruturação dos conselhos. A Sra. Elizeth
162 Euzébio dos Santos, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Espírito Santo –
163 CEAS/ES, relatou que o CEAS/ES iniciou o seu trabalho virtual com a chegada da pandemia e
164 explanou que houve a percepção da necessidade de se aproximar dos conselhos municipais,
165 informando que foram criados grupos regionais de *WhatsApp*. Destacou que uma ação importante
166 foi de articulação com o Poder Legislativo junto com o COEGEMAS sobre a questão orçamentária.
167 A Sra. Adeni Neves da Silva, Secretária-Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social do
168 Acre – CEAS/AC, discorreu que o CEAS/AC não deixou de funcionar mesmo diante o cenário de
169 pandemia, sendo que realizou a aprovação da lei da assistência social, reunião descentralizada,
170 capacitação dos conselheiros municipais e posse dos novos conselheiros estaduais. Compreendeu
171 que a volta à normalidade deve acontecer de forma planejada considerando o diagnóstico da área da
172 saúde e a estrutura dos conselhos para garantir a participação efetiva, especialmente, dos
173 representantes dos usuários. A Sra. Salete Dobrev, Presidente do Conselho Estadual de Assistência
174 Social de São Paulo – CEAS/SP, arrazoou que o CEAS/SP está funcionando regularmente e que
175 tiveram um processo complicado para renovação da representação da sociedade civil, explicando-o.
176 Explanou que foi elaborado um comunicado aos conselhos municipais alertando sobre a
177 importância da continuidade das atividades e orientando sobre os pleitos eleitorais de forma virtual.
178 Comentou que tem contando com o apoio da Escola de Desenvolvimento Social do estado de São
179 Paulo para a qualificação das ações dos conselhos municipais e que pretendem retomar as reuniões
180 presenciais apenas quando houver uma maneira segura. O Sr. Francisco de Assis Baima Rabelo
181 discorreu que a comunicação e a mídia foi fundamental para o funcionamento do CEAS/AM nesse

182 período de pandemia e entendeu que não existe a possibilidade de retornar a normalidade nesse
183 momento ainda. Ponderou que foram realizadas reuniões ampliadas com os conselhos municipais e
184 informou que possuem problemas sérios com a gestão que estão procurando vencer. A Sra. Gilmará
185 Andréa Gomes Oliveira, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba –
186 CEAS/PB, postulou que pensar em normalidade é pensar também na disponibilização dos recursos
187 ordinários para que o controle social exerça o seu papel e informou que o CEAS/PB vem atuando
188 frente aos municípios em conjunto com o COEGEMAS e as CIBs. Discorreu que o conselho
189 continua com a suas atividades remotamente e estão em processo eleitoral da sociedade civil. A Sra.
190 Luciana Gomes Marinho, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará –
191 CEAS/CE, notificou que o CEAS/CE conseguiu fazer a eleição da sociedade civil remotamente e
192 que as reuniões ordinárias e das comissões também estão acontecendo remotamente. Relatou que
193 foi realizada uma *live* com todos os conselhos municipais para tratar de temas considerados
194 importantes nesse novo cenário e compreendeu que não haverá retorno presencial das atividades em
195 2020. O Sr. Marcus Rocka, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Amapá –
196 CEAS/AP, postulou que o CEAS/AP formou o Comitê de Crise Covid-19 no dia 22 de maio de
197 2020 com o objetivo de dialogar com os conselhos municipais e ouvir os trabalhadores e que estão
198 fazendo escutadas em relação ao processo eleitoral municipal e realizando o acompanhamento do
199 controle social através de reuniões por videoconferência. O Sr. Marcelo da Silva, Vice-Presidente
200 do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul – CEAS/RS, arrazoou que o
201 CEAS/RS tem mantido as suas atividades no formato virtual e foi realizado o ciclo de debates
202 divididos por comissões, destacando que estão trabalhando em três seminários específicos para a
203 população em situação rua, usuários e trabalhadores. Complementou que estão estudando a abertura
204 do processo de eleição da sociedade civil que encerrará em março de 2021. A Sra. Angela Maria
205 Gomes Pinheiro, Conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Rondônia –
206 CEAS/RO, postulou que o CEAS/RO tem sido atacado em toda a sua estrutura e está em processo
207 eleitoral, sendo que posse será realizada em novembro/2020. Explanou que as reuniões estão sendo
208 realizadas de acordo com o Plano de Ação, porém, observou que todo o colegiado está
209 desmotivado. A Sra. Terezinha de Jesus Garcia Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Estadual de
210 Assistência Social do Mato Grosso do Sul – CEAS/MS, relato que o CEAS/MS está realizando
211 reuniões virtuais e salientou que estão muito entusiasmados para promover a conferência estadual
212 em 2021. A Sra. Vanessa Pita Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social

213 da Bahia – CEAS/BA, manifestou que o CEAS/BA vinha fazendo reuniões presenciais até
214 março/2020 e posteriormente começaram a realizar as reuniões virtuais. Informou que o
215 desenvolvimento de uma carta de compromisso com as próximas prefeituras do estado para não
216 perder as conquistas é um objetivo do conselho. A Sra. Maria Júlia Pereira, Presidente do Conselho
217 de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF, informou que o CAS/DF não parou o seu
218 trabalho em nenhum momento e está realizando reuniões extraordinárias virtuais quinzenalmente e
219 que estão pensando em retornar as reuniões presenciais até o final de 2020 com todo cuidado. A Sra.
220 Nilda Lúcia Guarita Calque, Presidente do Conselho Estadual de Assistência de Goiás – CEAS/GO,
221 explanou que o estado de Goiás tem enfrentado problemas de gestão na Secretaria de Assistência
222 Social e que o CEAS/GO conseguiu realizar reuniões virtuais. Ilustrou que o conselho está
223 avaliando a prestação de contas de 2019 nesse momento. O Sr. Jairo Maciel A. Dias, Presidente do
224 Conselho Estadual de Assistência Social do Maranhão – CEAS/MA, externou a sua preocupação
225 com os relatos de alguns conselhos e informou que o CEAS/MA poderá realizar as suas reuniões
226 presenciais a partir desse mês. Discorreu que estão planejando o segundo encontro do Fórum dos
227 Usuários, dos Trabalhadores e das Entidades e que foi aprovado o CEAS Conecta, que é uma sala
228 para diálogo com os municípios. O Sr. Amilson Rodrigues Silva, Presidente do Conselho Estadual
229 de Assistência Social de Tocantins – CEAS/TO, alegou que estão fazendo todo o esforço para dá
230 continuidade nos trabalhos, elencando as principais ações realizadas. O Presidente Miguel Ângelo
231 Gomes Oliveira justificou que terá que se ausentar da reunião por uma hora e passou a sua
232 coordenação à Vice-Presidente Aldenora Gomes González. Continuando com as explicações dos
233 CEAS, a Sra. Alana Morais Vanzela, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do
234 Paraná – CEAS/PR, comentou que o CEAS/PR conseguiu se articular e organizar para manter a
235 realização das reuniões de forma remota e deliberou pela recondução do mandato da sociedade civil
236 que demandou uma alteração na lei. Compreendeu que não conseguirão chegar à normalidade das
237 reuniões durante esse período de pandemia, todavia, observou que é necessário possibilitar a
238 participação efetiva dos usuários. O Sr. Rondenelly César Marques de Arruda, Presidente do
239 Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso – CEAS/MT, externou a sua preocupação
240 em relação à falta de retorno entre a gestão e o controle social e discorreu que o CEAS/MT está
241 orientando os conselhos municipais sobre a prestação de conta. A Sra. Vanessa Pita Souza
242 compreendeu que é necessário vislumbrar meios para garantir o orçamento já de 2022 e pensar em
243 estratégias de articulação nacional para encaminhamento efetivo das pautas nos planos de governo.

244 O Sr. Antônio Raimundo Lopes Leal, Conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social de
245 Roraima – CEAS/RR, compreendeu que cabem os conselhos de assistência social exigir que a
246 Política de Assistência Social seja implantada e informou que o CEAS/RR continua realizado o seu
247 trabalho através de reuniões virtuais. Finalizadas as inscrições, a Vice-Presidente Aldenora Gomes
248 González salientou que a pandemia demandou muito da assistência social e afirmou que é muito
249 importante garantir o que está na legislação, ponderando que é necessário fazer uma grande
250 articulação da sociedade civil com o governo em relação à renovação de mandato, à prestação de
251 contas e ao controle social. Seguindo para a apresentação sobre o financiamento do SUAS:
252 Recomposição do Orçamento e PLOA 2021, o Sr. Adailton Leite, Assessor do Gabinete da SNAS,
253 informou que não existe nenhuma novidade em relação ao orçamento, explanando que a Comissão
254 de Orçamento do Congresso Nacional ainda não foi instalada. O Conselheiro Carlos Nambu
255 informou que foi encaminhada a nota de recomposição e o manifesto em defesa do orçamento de
256 2021 para Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, Comissão da Seguridade Social, Subcomissão
257 de Assistência Social, Idoso, Criança, Adolescente e Pessoas com Deficiência, Deputados,
258 Senadores, FONSEAS, CONGEMAS, FONACEAS, CEAS e CAS/DF. Informou que existe uma
259 redução de R\$1.037.699.291,00 nas despesas discricionárias de 2020 e uma redução total de
260 R\$2.751.961.715,00 na proposta orçamentária de 2021, sendo R\$1.584.441.585,00 são das despesas
261 discricionárias em serviços. Compreendeu que é necessário fazer uma incidência nos estados e nos
262 municípios para garantir esse orçamento. A Sra. Eli Lara, Representante da Subsecretaria de
263 Planejamento, Orçamento e Governança, explicou que o cenário referente aos créditos continua o
264 mesmo e postulou que existe a possibilidade de incluir algum projeto que já esteja em andamento
265 no Congresso Nacional. O Sr. Rondenelly César Marques de Arruda questionou se a previsão
266 orçamentária para 2021 garante a disponibilidade financeira no ato da execução e o Sr. Adailton
267 Leite explicou que o orçamento brasileiro tem um limite fixado de despesas de acordo com o
268 recurso previsto, o que não significa que o financeiro será equivalente ao que foi estimado. A Sra.
269 Eli Lara complementou que o governo vem tentando manter o limite de pagamento de acordo com o
270 estabelecido em lei e o Conselheiro Carlos Nambu compreendeu que é necessário iniciar um debate
271 sobre a vinculação de um percentual para o orçamento da assistência social. Alegou que as
272 propostas orçamentárias aprovadas pelo CNAS garante a manutenção do SUAS. A Vice-Presidente
273 Aldenora Gomes González lembrou que é muito importante que estejam articulados para realização
274 das reuniões regionais e informou que terá que se ausentar da reunião para coordenar a *live* de

275 aniversário do Instituto EcoVida, retornando a coordenação dessa reunião ao Presidente. Seguindo,
276 a Sra. Marina Carvalho de Lorenzo, Diretora do Departamento de Operações da SENARC, realizou
277 a apresentação do monitoramento do IGD Bolsa Família, a ser executado pelos CEAS e CMAS,
278 destacando que o IGD é um índice de avaliação de desempenho composto por condicionalidades e
279 atualização cadastral das famílias. Explicou como é realizado o seu cálculo e sua evolução por
280 fatores e recursos financeiros e apresentou a efetividade de repasses 2020, explanando que existem
281 546 municípios que não recebem esse recurso por falta de adesão ao SUAS, de comprovação e
282 aprovação de gastos e de atualização. Relatou que 155 municípios não fizeram a aprovação de
283 contas de 2018 e 82 CMAS não registraram aprovação total e lembrou que a prestação de contas de
284 2019 deve ser realizada até dia 30 de novembro de 2020 e os conselhos tem até dia 31 de dezembro
285 de 2020 para analisar e aprovar. Expôs as medidas emergenciais feitas relativas ao IGD, finalizando
286 a sua explanação. O Sr. Márcio Fernandes Mauricio, Coordenador-Geral de Apoio à Gestão
287 Descentralizada, apresentou o *link* de acesso ao Caderno do IGD-M, ao Manual de Prestação de
288 Contas e ao histórico do IGD/PBF para consulta pública. Abrindo para manifestações, a Sra.
289 Terezinha de Jesus Garcia Ferreira compreendeu que deveria haver mais pessoas envolvidas no
290 Programa Bolsa Família – PBF e externou a sua angústia com a possibilidade de alteração desse
291 programa. A Sra. Marina Carvalho de Lorenzo afirmou que o PBF é muito forte e estruturado e que
292 a alteração do seu nome não fará que a transferência de renda deixe de existir. O Sr. Jairo Maciel A.
293 Dias solicitou o envio da lista de municípios com situação pendente e questionou como está o
294 pagamento do IGD/SUAS. A Sra. Marina Carvalho de Lorenzo afirmou que encaminhará a lista e o
295 Sr. Adailton Leite informou que o IGD/SUAS não possui dotação para 2020 e há uma dotação de
296 R\$50.000.000,00 para 2021. A Sra. Vanessa Pita Souza compreendeu que os aperfeiçoamentos do
297 PBF devem passar pela apreciação da assistência social e a Sra. Marina Carvalho de Lorenzo
298 ponderou que compartilha esse entendimento e intuiu que a discussão no momento está centrada na
299 questão do orçamento, sendo que as questões de pactuação serão discutidas após a definição dessa
300 questão. O Sr. Marcelo da Silva externou a sua preocupação com a falta de dotação do IGD/SUAS
301 para 2020, destacando a necessidade de fazer uma articulação para conseguir reverter essa situação.
302 A Sra. Marina Carvalho de Lorenzo explicou que o IGD/SUAS e o IGD/PBF são instrumentos
303 diferentes, explicando que o IGD/PBF pode ser utilizado para as ações que integram o SUAS. O
304 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira explicou que compete ao CNAS e aos CEAS a
305 aprovação da proposta orçamentária, entretanto, a proposta orçamentária é aprovada pelo Congresso

306 Nacional. Discorreu que a Secretaria-Executiva do CNAS apresentará algumas orientações
307 importantes aos conselhos estaduais. A Sra. Hélia Braga, Secretaria-Executiva do CNAS, solicitou
308 que os conselhos estaduais realizem a atualização de suas informações e informou que foi enviado
309 um *e-mail* com uma tabela com as informações das reuniões regionais que serão realizadas em
310 novembro/2020. **ENCERRAMENTO:** Finalizados os itens de pauta, o Presidente Miguel Ângelo
311 Gomes Oliveira agradeceu a participação de todos e encerrou a Reunião Trimestral do CNAS com
312 os CEAS e o CAS/DF.

313

314

Miguel Ângelo Gomes Oliveira

315

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

316

317

318

Outubro de 2020.